

O CICLO DA VIOLÊNCIA NO CONESUL DAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL E DO TERRORISMO DE ESTADO*

Marcos Vinicius Ribeiro
Email: marcos.ribeiro@ueg.br

RESUMO: Problematizo nesse artigo alguns aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa histórica acerca do emprego da violência como política de Estado no Conesul em meio ao contexto das Ditaduras de Segurança Nacional. Conceituamos esta política como Terrorismo de Estado e procuramos contextualizar seu uso amplo e indiscriminado nos marcos da Guerra Fria. Os anos de 1960-70-80 foram marcados por intensa reestruturação capitalista que abarcou as forças armadas. Como resultado, as forças armadas latino-americanas foram determinantes para a defesa da hegemonia capitalista, e, por consequência, foram reestruturadas segundo os interesses do Complexo Militar Industrial sob as bases de uma política denominada de *pentagonismo*. A doutrina de Segurança Nacional, a política de Terrorismo de Estado e o *Pentagonismo* são alguns dos principais conceitos que procuramos desenvolver como resultado deste artigo.

Introdução

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi formulada a partir do final dos anos de 1940 nos centros de treinamentos militares tutelados pelos EUA. Tratou-se de uma forma de controle social para aplicação de Golpes de Estado e foi experimentada na América Latina desde a segunda metade dos anos de 1950.¹ A política de Terrorismo de Estado (TDE), por sua vez, em seu contorno violento e planejado a partir do próprio Estado, foi ativada pelas ditaduras de Segurança Nacional no Conesul (1960-1990) e se transformou na estrutura de transformação das atividades policiais e militares da América Latina, principalmente durante a década de 1970.

Como dado complementar, sabe-se que os anos de 1950 foram caracterizados pela afirmação do Complexo Militar Industrial (CMI)², que teve como principal representante mundial os EUA. A indústria bélica do pós 2ª Guerra exigiu a ampliação

* DOI

¹ O Golpe de Estado contra Jacobo Arbenz protagonizado pela junta militar chefiada por Carlos Castillo Armas em 1954, foi a primeira experiência de aplicação da DSN para a derrubada de um governo popular. Cf.: SOLARES, Jorge. *Jacobo Arbenz: "soldado del pueblo", "coronel de la primavera"*. Guatemala : Universidad de San Carlos de Guatemala, Dirección General de Investigación, Unidad de Publicaciones y Divulgación, Dirección General de Extensión Universitaria, TV USAC, 2015.

² Segundo Fred J. Cook, a expressão "complexo militar industrial" (CMI) foi usada por Dwight David Eisenhower, presidente estadunidense entre 1953 e 1961. Antes de ocupar o cargo executivo, Eisenhower possuía extensa carreira militar e foi condecorado general do exército daquele país. Em discurso de despedida na noite de 17 de janeiro de 1961, Eisenhower, ao desocupar o supremo cargo executivo, mencionou que: "Haverá sempre crises (...). Ao encará-las, sejam estrangeiras ou domésticas, grandes ou pequenas, há sempre a tentação de sentir que uma ação espetacular e dispendiosa poderia ser a solução milagrosa para todas as dificuldades decorrentes." E, sequência, Cook esclareceu que: "As ameaças à democracia, 'novas em gênero ou grau', surgem constantemente, e era uma destas, nova tanto em gênero como em grau que Eisenhower se propôs a discutir a fundo. Chamou-lhe o 'complexo militar industrial'". COOK, Fred J. *O Estado Militarista: O que há por trás da morte de Kennedy?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

dos circuitos de acumulação expandindo um conjunto sistemático de medidas de adequação aos mais diversos contextos sociais. Os militares foram escolhidos para operar tais transformações e adequações às demandas políticas, econômicas e sociais daquele período. Nesse quadro histórico, os anos de 1970 representaram o auge daquelas investidas, ativando ações de treinamento e novas formas de repressão, ocasionando, desta forma, certa reestruturação produtiva militar com efeitos sociais bem específicos.

A este treinamento correspondeu uma situação de desnacionalização (pentagonismo) dos objetivos das forças armadas latino-americanas, já que, ao transferir materiais bélicos obsoletos a estes países, e seu treinamento correspondente, os EUA incutiram novos ideais de dominação sobre seus pares na América Latina. Nesse sentido, ao reproduzir em seus treinamentos a ideia de que as forças armadas eram responsáveis (política e socialmente) pela manutenção do *status quo* (capitalista), os generais e especialistas em inteligência abriram caminho para a transferência de ideais golpistas, mas não só isso, a prática sistemática e planejada da tortura e eliminação do inimigo (interno) também se difundiram. Assim, os EUA não precisaram mais lançar mão das intervenções diretas, mas sim confiaram no reacionarismo dos pares latino-americanos para garantir a hegemonia capitalista e os níveis desejados de exploração da força de trabalho.

Nesse quadro contextual, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ativou e delineou o TDE. A DSN foi aplicada como artifício de contenção das oposições que pudessem se colocar em desacordo (com potencial ativação da militância dissonante) a este contexto de dominação capitalista em plena Guerra Fria. Sua aplicação, portanto, correspondeu ao Terrorismo de Estado (TDE), forma política da DSN. Na avaliação de Enrique Serra Padrós, a DSN obedeceu ao delineamento operacional militar e atingiu às sociedades latino-americanas em sua totalidade, como costuma acontecer em contextos de reestruturação.³

Nesse artigo apresentamos alguns aspectos a respeito da prática repressiva dos Estados ditatoriais latino-americanos durante a aplicação da DSN e TDE, mais especificamente durante os anos de 1960-1990.

DSN e TDE

Segundo Padrós (2014, p. 13), a DSN: “(...) flexibilizou a figura do ‘inimigo interno’ e transformou numerosos setores da população em potenciais inimigos”, produzindo uma situação de perseguição que acabou por se estabelecer da seguinte forma: “alterando pautas de conduta social e naturalizando formas de controle disseminadas tanto na dimensão pública (espaços escolares, profissionais e lazer), quanto no âmbito privado da cidadania.” (PADRÓS, 2014. p. 13). Assim, a especificidade desse tipo de solução implementada visando controlar ações e arregimentar novas e velhas práticas de perseguição, produziu uma relação social bem específica entre agentes de segurança e população civil,

³ Tomamos por base a conhecida reflexão de A. Gramsci sobre o *Americanismo e Fordismo* para tal afirmação. Cf.: GRAMSCI, A. *Americanismo e Fordismo*. In: *Cadernos do Cárcere - Volume 4. Temas de Cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Além das ações direcionadas a alvos seletivos (a luta armada, os partidos de esquerda, as direções e organizações sociais), sensações de medo e paralisia atingiram a população em geral, através de canais condutores de uma “violência irradiada”, o que facilitou a manutenção do *status quo* (PADRÓS, 2014. pp. 13 a 36.p. 13).

A violência irradiada se transformou num dos elementos centrais da DSN na aplicação do TDE e colaborou para a construção meticulosa e ampla da difusão do “inimigo interno”. O alvo foi a sociedade interna, que experimentou medidas de violência militar, submetendo-a à homogeneização operacional que garantiu formas específicas de controle social tendo em vista o extermínio ou desarticulação de toda atividade opositora ou questionadora ao *status quo*.

Além disso, os interesses da fração militar industrial, hegemônica durante o período de divisão dos blocos econômicos-sociais que caracterizou a Guerra Fria, ditou o ritmo das transformações contrarrevolucionárias planejadas para o contexto latino-americano das ditaduras. Nesse ponto reside uma das chaves de interpretação para a consideração da DSN e do TDE (doutrina e política) como partes conectadas e complementares de um grande plano de reestruturação civil-militar-empresarial.

O treinamento dos militares latino-americanos, proferido pelos comandantes estadunidenses nas escolas de guerra, açambarcou quadros castrenses por todo o subcontinente permitindo que a Ideologia de Segurança Nacional⁴ penetrasse entre os quadros militares e fosse irradiada/difundida a ponto de se tornar um *modus operante* descrito em manuais e instruções técnicas⁵.

Desta forma, o anticomunismo aplicado à definição de “inimigo interno” considerou potencialmente perigosa toda atividade que pudesse “colocar em risco” a segurança interna dos países que orbitavam em torno dos interesses do CMI capitaneado pelos militares estadunidenses. Nesse caso, a DSN foi um elemento externo que procurou arregimentar os contextos internos na América Latina, sendo que sua difusão do anticomunismo e da definição de inimigo interno foram incentivadas como elementos centrais da reestruturação produtiva almejada pela indústria bélica em consonância com os demais ramos do grande capital.

Segundo Tápia Valdez (1980), os EUA reconstruíram sua política de intervenção direcionada à América Latina tendo por princípio o treinamento e suporte militar da seguinte forma: “El peligro comunista, real o falso, no fue catalogado como un problema de carácter nacional, concerniente exclusivamente a la política interna del país en cuestión, sino como un problema de carácter internacional que legitimaba la intervención [estadunidense] en otros países.” (TAPIA VALDÉS, 1980. p. 55)

A violação das soberanias nacionais, e conseqüente desnacionalização das forças armadas, foi condição sem a qual o sucesso da DSN não se efetivaria, e para isso, os militares estadunidenses contaram com a colaboração e ativismo dos militares latino-americanos responsáveis pela aplicação da DSN nos diversos contextos

⁴ COMBLIN, J. A *Ideologia da Segurança Nacional*: O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1980.

⁵ Sobre a presença dessas instruções em alguns manuais, Cf.: RIBEIRO, Marcos Vinicius. *Anticomunismo e Inimigo Interno: Uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do Conesul*. Revista HISTÓRIA, DEBATES E TENDÊNCIAS. PASSO FUNDO, V. 19, N. 3, P. 384-401, SET/DEZ 2019.

nacionais. Portanto, ao obedecerem à aplicação dos preceitos norteadores da DSN, conjugada com a perspectiva da hegemonia militar estadunidense sobre comandantes e exércitos latino-americanos, passaram a definir o “inimigo interno” (dos EUA, mas nos contextos nacionais latino-americanos) como alvo, segundo a lógica do *pentagonismo*.

Sua definição correspondeu à imposição das premissas do Departamento de Estado dos EUA durante a Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1954, ocorrida em Caracas na Venezuela. Nesta ocasião, o secretário de Estado John Foster Dulles, irmão de Allen Dulles que foi diretor e agente da CIA (e ajudou no golpe de Estado de 1954 na Guatemala contra Jacobo Arbenz), pronunciou-se a favor das intervenções militares estadunidenses por meio dos exércitos locais, segundo a hipótese de que: “La dominación o control de las instituciones políticas de cualquier Estado Americano por el movimiento comunista internacional [...] constituiría una amenaza para la soberanía e independencia política de los Estados Americanos [...]”. (BARNET, 1968. p. 231 *Apud*, TAPIA VALDÉS, *Op. Cit.* p. 55).

Para Ananda Simões, a DSN possuiu objetivos econômicos e políticos muito claros. Ao levar em consideração os passos adotados pela DSN no contexto subcontinental, a autora delimitou os interesses que determinaram o pragmatismo político que gerenciou a violência de Estado e correspondeu a um mote organizativo. Nesse caso, a criação do inimigo (interno), estabeleceu-se como parâmetro de um projeto. Segundo Simões,

A Doutrina de Segurança Nacional foi concebida pelos Estados Unidos e difundida principalmente para os países de Terceiro Mundo. O objetivo maior desta ideologia era a “contenção ao comunismo”, que significava, na prática, qualquer ato que interferisse nos interesses políticos, sociais e econômicos dos Estados Unidos. Dessa forma, a Doutrina de Segurança Nacional era “um instrumento utilizado pelos setores dominantes, associados ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (SIMÕES, 2013. p. 179-194. p. 179-180).

Juan Bosch, denominou esta fase de dominação estadunidense sobre a América Latina de “pentagonismo”⁶. Segundo o autor, este processo se iniciou durante a 2ª Guerra Mundial, e se alastrou pelo subcontinente no pós guerra. A partir deste período, o papel das forças armadas foi ressignificado, assim como a perspectiva de exploração imperialista. A partir de então, o alvo da exploração passou a ser as sociedades nacionais, e as forças armadas transformaram-se no gestor da violência que correspondeu ao crescimento demandado pela indústria bélica no bojo de sua expansão. Portanto, é uma violência requisitada pelos setores dominantes da burguesia nacional associada aos interesses imperialistas.

⁶ BOSCH, J. *El Pentagonismo*. I. ed. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1968.

Pentagonismo, CMI e Inimigo Interno

A partir da leitura de Bosch, é possível avaliar que para explorar a força de trabalho nos contextos nacionais, não se usou mais uma intervenção direta e estrangeira, como experimentado durante a 1ª Guerra Mundial, mas, sim, uma nova modalidade de intervenção que Bosch denominou de pentagonismo: “El pentagonismo no explota colonias: explota a su propio pueblo.” Sendo que, “Efectivamente, no ha cambiado el uso del poder militar; lo que ha cambiado es su finalidad”(BOSCH, 1968, s.p.).

Bosch esclarece que,

Las fuerzas militares de un país pentagonista no se envían a conquistar dominios coloniales. La guerra tiene otro fin; la guerra se hace para conquistar posiciones de poder en el país pentagonista, no en un territorio lejano. Lo que se busca no es un lugar donde invertir capitales sobrantes con ventajas; lo que se busca es tener acceso a los cuantiosos recursos económicos que se movilizan para la producción industrial de guerra; lo que se busca son beneficios donde se fabrican las armas, no donde se emplean, y esos beneficios se obtienen en la metrópoli pentagonista, no en el país atacado por él. Rinde varias veces más, y en tiempo mucho más breve, un contrato de aviones de bombardeo que la conquista del más rico territorio minero, y el contrato se obtiene y se cobra en el lugar donde está el centro del poder pentagonista. Los ejércitos operan lejanos del país pentagonista, pero los aviones se fabrican en él, y es ahí donde se ganan las sumas fabulosas que produce el contrato. Esas sumas salen del pueblo pentagonista, que es al mismo tiempo, la metrópoli y por lo tanto asiento del poder pentagonista.(BOSCH, 1968, s.p.).

Embora o autor trabalhe com a hipótese de que o pentagonismo se diferencie (na forma e nos objetivos do grande capital) da dominação colonial, os termos de exploração da força de trabalho e de matérias-primas na periferia aproxima o pentagonismo (e o país pentagonizado) dos métodos de exploração colonial. A violência e a exploração da força de trabalho conjugada aos interesses da classe dominante capitalista, são termos de aproximação entre a exploração colonial e o pentagonismo. No entanto, o pentagonismo é contextualmente distinto da exploração colonial por se inserir nas estratégias de dominação conectadas aos interesses do Complexo Militar Industrial (CMI).

O crescimento da indústria bélica, conjugado aos desmandos da violência militarista, (re)elaborou a gestão das sociedades americanas, nos anos de 1960 a 1980, como resultado das investidas capitalistas no campo militar. A reestruturação social que delineou a imposição da DSN conjugou fatores violentos de controle social, baseados no anticomunismo constituidor da figura do “subversivo” como “inimigo interno”. Isso só foi possível porque acionou métodos de controle social baseados na necessidade de vigilância, alarmada pela possibilidade de que um ataque comunista poderia vir de qualquer membro do contexto nacional. Segundo Padrós:

A DSN associou diretamente, o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por ideias e influências “estranhas” (externas), com o comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. Extrapolando a leitura da Guerra Fria, a América Latina, durante os anos 60 e 70, foi vista como cenário da expansão da influência soviética, o que justificou o virulento anticomunismo existente nos setores dominantes locais. Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a ideia de que o socialismo e a democracia eram incompatíveis. Outra associação identificou as organizações revolucionárias e os partidos políticos de esquerda com o fenômeno terrorista. A força desta relação se expressaria, mais tarde, na afirmação da embaixadora dos EUA na ONU, Jeane Kirkpatrick: “As revoluções são feitas com os fuzis dos terroristas”. Conseqüentemente, a constante ampliação do guarda-chuva do anticomunismo fez com que aumentasse, o espectro dos suspeitos de tentar agredir o “mundo livre” (PADRÓS, 2005. p. 55).

Os “espectros da Revolução”, aliados a outros fatores de crise no interior das Forças Armadas, foi radicalizado e alarmado no golpe e conseqüente ditadura militar brasileira, seguindo as já consolidadas premissas da DSN. No Brasil, o governo progressista e popular de João Goulart foi questionado por setores reacionários da sociedade brasileira quanto às reformas de base, que levariam o país a uma revisão de suas instituições políticas ao ponto de transformar a realidade desigual do estatuto da propriedade privada. Contra esses interesses os militares reagiram e aplicaram um golpe de Estado em 1964 atendendo a uma organização prévia dos setores dominantes da sociedade civil. Ao destacar seu aspecto contrarrevolucionário, e a ocupação de cargos que caracterizou o início da ditadura brasileira, James Green avaliou que.

Na realidade, as Forças Armadas levaram a cabo uma espécie de contrarrevolução com o objetivo de bloquear as reformas moderadas apresentadas por João Goulart no começo de 1964. Prometeram extirpar a corrupção no governo, controlar a inflação e deter o alegado avanço rápido do país em direção ao comunismo. Embora tivessem aliado Goulart do poder, os militares argumentaram que ele na verdade abandonara o palácio presidencial e violara a Constituição ao sair do país sem autorização do Congresso. Não importava o fato de que Goulart ainda estava em sua fazenda, em território brasileiro, os adeptos leais dos generais no Congresso rapidamente elegeram Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados como presidente provisório, e o embaixador norte-americano Lincoln Gordon insistiu para que a Casa Branca reconhecesse imediatamente o novo governo. Com a velocidade-relâmpago, o presidente Johnson prontamente apoiou Mazzilli, em 2 de abril. A breve mensagem remetida pelo gabinete da presidência

assim começava: “Por favor, aceite meus votos mais calorosos por sua investidura como presidente dos Estados Unidos do Brasil. O povo norte-americano acompanhou com ansiedade as dificuldades políticas e econômicas que seu grande país tenha atravessado e admirou a decisão resoluta da comunidade brasileira para resolver essas dificuldades em termos constitucionais e sem enfrentamento civil” (GREEN, 2009. p. 50).

Renato do Couto Lemos também avaliou os aspectos contrarrevolucionários do golpe e da ditadura brasileira. Para o autor, a percepção entre os militares de que uma “Revolução Comunista era iminente” não fora de todo descabida. Ao apresentar os aspectos conjunturais, os militares faziam crer na possível derrota do capitalismo se as reformas de Jango avançassem. O autor apresentou aspectos significativos das lutas sociais empreendidas entre os trabalhadores e a burguesia brasileira do período. Segundo Renato Lemos:

O inédito nível de mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo se combinava com importantes divisões no interior das Forças Armadas e configurava uma situação perfeitamente perceptível como pré-revolucionária, invocando o espectro da revolução comunista. Afinal, as revoluções anticapitalistas bem-sucedidas, como a Russa (1917) e a Chinesa (1949), só o foram quando combinaram esses dois elementos. Eles eram necessários à preparação da fase decisiva de uma revolução, ainda que não suficientes. O que, essencialmente, distinguiu a nossa conjuntura de crise política dessas experiências vitoriosas foi a ausência de um partido que pudesse se apresentar e ser reconhecido como a direção revolucionária, papel que nem o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nem o Partido Comunista Brasileiro (PCB), os dois mais influentes junto à classe trabalhadora, tinham condições político-ideológicas de cumprir. Havia, entre os opositores ao governo, quem tivesse consciência dessa limitação da turbulência social e militar, mas é razoável supor que um expressivo setor tenha agido por real temor da “ameaça comunista”, vendo na oficialidade e nos subalternos identificados com o governo nacional-reformista de João Goulart (1961-1964) a sua principal fonte (LEMOS, 2014. p. 71-86. p. 73).

O alcance das medidas militares visando estabelecer os parâmetros “(re)fundacionais” das sociedades latino-americanas sob as ditaduras de Segurança Nacional, atingiram setores críticos às ditaduras (oposicionistas). O campo acadêmico, por exemplo, e o campo educacional como um todo, sofreu com essa intervenção. Visando destruir a autonomia, e os pilares para a emancipação humana (nesse segundo caso, atingiu as correntes revolucionárias), pensamento crítico e oposição que surgiram (e pudessem surgir) naquele contexto, a simples presença do pensamento crítico foi alarmada pelo anticomunismo. Ao criminalizar o pensamento crítico, as ditaduras tentaram cercear as possibilidades de transformação social, fossem elas (as transformações) possíveis ou não, ou até mesmo desarticular desejos de

transformações mais modestas que pudessem caracterizar certa oposição aos termos de exploração da força de trabalho.

As universidades foram submetidas à imposição de duras medidas de cerceamento dos preceitos democráticos, a exemplo do que também ocorreu entre os setores sindicais mais combativos. A perseguição aos docentes; os “desaparecimentos forçados” e torturados; os afastamentos e aposentadorias compulsórias; o esvaziamento dos conteúdos críticos; a desqualificação da política; o ataque ao caráter laico da educação pública, dentre outras medidas, objetivaram transformar a realidade educacional e cultural dos países latino-americanos. Segundo Padrós, analisando o caso uruguaio e indicando uma situação mais ampla acerca do problema,

A educação foi um alvo particular. Incorporando ou adaptando as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ou do integrismo católico, os setores dominantes nacionais, que se sentiam ameaçadas com o clima de instabilidade resultante da crise e do avanço das reivindicações populares, passaram a perceber a laicidade, gratuidade igualdade, fatores basilares do sistema de ensino, como “subversivo” e formador de “subversivos”. Desta forma, Universidade, as escolas secundaristas, a comunidade escolar e as atividades culturais vinculadas, foram identificadas como espaços e instituições de formação de “inimigos internos”, concretos ou potenciais, e como tal foram tratadas. Tal situação pode ser colocada sob uma perspectiva histórica maior, hemisférica, no bojo das complexas relações de subordinação e dependência entre a América Latina e Estados Unidos. A experiência confirmou: a educação e a cultura foram alvos estratégicos na imposição das ditaduras de segurança nacional.(PADRÓS, 2011. p. 13-38. p. 13-14)

A própria política de perseguição das oposições que caracterizou as ditaduras, e os planos econômicos de crescimento de determinados setores aliados aos interesses imperialistas, ou de desindustrialização, em alguns casos, reformulou o quadro populacional destes países. Jorge Christian Fernández analisou o fluxo migratório das sociedades sob ditaduras, abordando a questão do exílio por motivos econômicos e políticos. Este último, caracterizando a avalanche de perseguidos políticos pelas ditaduras, o que construiu um quadro multifacetado de trajetórias emigratórias. Tratava-se de um dado novo para a mobilização de sujeitos de origem diferentes daqueles que emigraram em busca de emprego. Ao mencionar a especificidade da emigração argentina para o Brasil no contexto das ditaduras, Fernández avaliou que,

Os argentinos encontravam-se entre esses novos imigrantes, parte deles profissionais seduzidos pelo denominado “milagre brasileiro”, mas também havia entre eles inúmeros perseguidos políticos. Embora tal mão-de-obra tecnicamente qualificada pudesse ser necessária para o projeto desenvolvimentista brasileiro (...) a chegada dos argentinos (mas também dos chilenos e uruguaios, principalmente) colocava o governo militar em situação de alerta no tocante a um dos pilares do regime: a segurança nacional. Pois para

os militares, a chegada desses estrangeiros despertava demônios há muito presentes no imaginário coletivo do grupo, embora reavivados no contexto da Guerra Fria. Assim, temia-se que tais imigrantes pudessem representar a ponta de lança de uma suposta “infiltração subversiva internacional”, efetuando uma transposição dos conflitos internos dos vizinhos a terras brasileiras (FERNÁNDEZ, 2016. p. 109-138. p. 136-137.

Os planos de desindustrialização das ditaduras no Chile e Argentina, durante os anos de 1970, pautaram-se nas receitas (neo)/liberais do economista Milton Friedman, e estiveram na base dos deslocamentos (econômicos) dos sujeitos que, ao emigrarem, também se transformaram em alvos da vigilância e da repressão das ditaduras. As receitas de Friedman foram implantadas com mais agressividade no caso chileno, mas não deixaram de ser seguidas pelos argentinos. No Chile, o economista chegou a participar da equipe econômica e propôs as transformações e reestruturações que resolveram os conflitos de classes em favor dos setores da burguesia aliada ao imperialismo. O TDE foi a política que garantiu o amplo sucesso do receituário neoliberal de Friedman no Chile.

No entanto, o receituário neoliberal não se restringiu ao Chile, já que, na década de 1970, Friedman espalhou-o em alguns Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante pela América Latina. Em 1977, Friedman deu uma entrevista à revista *Visão* sobre as possibilidades de implantação do receituário econômico proposto por ele na América Latina. O estudo de mestrado de Gervásio Cezar Júnior trouxe alguns importantes recortes desta entrevista. Nela, ao usar negativamente o exemplo da Índia, com certa dose de anticomunismo, Friedman argumentou que,

A ideia de sociedade livre que esposo é aquela em que cada indivíduo separadamente possa ter a oportunidade de controlar seu próprio destino. Esse é o único tipo de sociedade onde se pode ter também liberdade política. Se considerarmos, por exemplo, o caso da Índia atualmente... a Índia é um país que tem procurado seguir uma linha política socialista, um país que se apoiou durante anos na fonte do pensamento político de Harold Lasky, da London School of Economics. E isso conduziu a quê? Conduziu a uma ditadura. Esse não é certamente o cunho para a liberdade política... o caminho para a liberdade política é uma maior confiança no mercado e uma menor dependência com relação ao aparato estatal (CEZAR JUNIOR, 2011. p. 179.

Embora este receituário econômico nunca chegasse a ser hegemônico no Brasil, até os anos de 1990, devido, dentre outros, pelo caráter desenvolvimentista da ditadura, em outros países da América Latina a política de austeridade e “encolhimento” do Estado, pelo menos no plano social, - com exceção do campo da “segurança” - ocasionou o processo de desindustrialização. O achatamento dos salários e o fechamento de postos de trabalhos, obrigou muitos trabalhadores a reelaborar seus planos de vida, optando pela emigração para o caso da mão de obra tecnicamente qualificada. Mas também é importante dizer que, na mesma medida em

que o Estado encolheu nas políticas e funções sociais, como saúde, educação e emprego, os gastos com segurança, marcadamente os capitais que se transferiram para a indústria bélica, continuaram crescendo, revelando a dialética ampliada do capital para a sustentação das ditaduras.

A pesquisa de mestrado de Alexandre Arienti Ramos, situou o projeto histórico da indústria bélica para o Brasil, entre os anos de 2003 e 2013. Para o pesquisador, as décadas de 1970 e 1980 foram de grande atividade no setor. Segundo Ramos, ao identificar os problemas tecnológicos gerados pelo descompasso da indústria bélica brasileira com a indústria multinacional, ainda no pós II Guerra, os militares brasileiros foram subalternizados diante de sua iniciativa de aumentar o produto nacionalizado para a fabricação de armas. Ramos mencionou que neste período houve “Um momento de inflexão deste projeto [que] se dá após a Segunda Guerra e a Guerra da Coreia, quando muito material bélico usado, principalmente estadunidense, passa a ser desmobilizado. Este equipamento [...] é destinado aos países de periferia, já no contexto de Guerra Fria [...]” RAMOS, 2015. p. 214). Trata-se de um indício a mais para a hipótese da desnacionalização das forças armadas em meio ao pentagonismo.

O historiador Osvaldo Coggiola situou a questão do armamentismo, e a corrida que se seguiu à consideração do setor como um dos principais fatores de *status* e concorrência em plena Guerra Fria, envolvendo os blocos capitalista e socialista. Nesse caso, os anos de 1970 são marcados pela queda do orçamento estadunidense com gastos em armas propriamente ditas, embora os gastos militares ocorressem tergiversados por fatores que iam ao encontro da sustentação e apoio às ditaduras. Segundo Coggiola,

Relatórios do Sipri (Instituto de Pesquisas para a Paz, de Estocolmo) informam que em 1980 os gastos militares no Terceiro Mundo, que superavam os 80 bilhões de dólares, já eram maiores que os das superpotências em 1969, quando os Estados Unidos e a URSS consumiam aproximadamente 8,5% do seu PIB (conjunto) em gastos de defesa, o Egito consumia 13,3%, o Iraque, 10%, e Israel... 25,1%. A queda percentual dos gastos militares dos Estados Unidos e da Otan durante a década de 1970 não correspondia a uma tendência “pacifista”: tratou-se de uma racionalização do gasto, depois da derrota norte-americana no Vietnã, paralela a um intervencionismo político crescente dos Estados Unidos superaram a URSS como os maiores exportadores de armas do Terceiro Mundo, ao mesmo tempo que alimentavam as sangrentas ditaduras militares da América Latina (COGGIOLA, 2001. p. 36).

Como se pode aferir a partir dos dados acima, apesar de diminuir em números absolutos o gasto com armamentos os EUA racionalizaram e reestruturaram sua indústria bélica adaptando-a ao contexto que se abriu com as ditaduras de Segurança Nacional e de TDE. No entanto, no quadro subcontinental e regional, o Conesul apresentou dados relativos mais preocupantes e que corroboraram a crescente ampliação do TDE em termos práticos, atendendo à lógica da DSN. Foi um complemento interno para a promoção de conflitos que refletiam o deslocamento regional em relação aos conflitos de alta intensidade. Os conflitos de alta intensidade,

caracterizaram a intervenção da indústria bélica durante a Guerra Fria, no oriente e na África. Levando em consideração essa realidade, é possível afirmar que:

Os gastos militares na América do Sul se concentravam em poucos países. Em 1977, apenas três países – Argentina, Brasil e Chile – absorveram 76,2% dos gastos totais. Se tomarmos o período de 1970-1977, observamos que os mesmos três países concentravam 73,1% dos gastos, se juntarmos a eles a Venezuela e o Peru, chegamos a 92,2% dos gastos militares regionais. Uma proporção crescente desses gastos estava representada pela *importação* de armamentos (em detrimento da produção armamentista nacional) – entre meados da década de 1960 e meados da década de 1970, essas importações cresceram na Argentina, Peru e Venezuela em 96,3%, 199%, e 673,5%, respectivamente (COGGIOLA, 2001. p. 36).

Os países do Conesul, atingiram o máximo de seus gastos militares durante o período de consolidação do monopólio do Complexo Militar Industrial (CMI), chefiado pelos EUA, justamente no auge do questionamento a respeito das soluções de intervenções militares que marcaram conflitos diretos durante a Guerra Fria. Dentre estes conflitos, a guerra dos EUA contra o Vietnã atingiu grande parte daquela mobilização. Nesse caso, a própria ideologia de concorrência, traduzida na corrida armamentista, mas também em outros campos da intervenção estatal, revelou o caráter coercitivo do Estado capitalista na sua fase extremada de militarização. O binômio Estado/força envolveu o conjunto das classes sociais, revelou o papel de grupo social desempenhado pelos militares e as ditaduras no Conesul. Ao fazer isto, o Estado capitalista recuperou certas características orgânicas do que já havia se consolidado no auge do imperialismo, durante as mobilizações militares que marcaram tanto a 1ª quanto a 2ª Guerras Mundiais.

Edmundo Dias analisou, sob o ponto de vista da teoria gramsciana, a concepção de Estado capitalista que surgiu daquele contexto. A luta de classes que emergiu no período entre guerras, desafiou o controle (moral e espiritual) da burguesia. Assim, tendo em vista a direção (moral e espiritual, mas também econômica e social) da sociedade, e a necessidade de controlar a mobilização dos trabalhadores, o Estado capitalista se tornou o espaço de organização de estratégias para a contenção dos trabalhadores. Segundo Dias:

O Estado é apresentado como uma articulação de dois campos da vida social: a atividade econômica e a atividade espiritual. Anteriormente, Gramsci se referia ao Estado como a “fábrica dos capitalistas” e assim ele pensa o Estado, na época imperialista, como *o máximo da unidade econômica e do político do ponto de vista da burguesia*. Mais: *esse estado mostra como a violência básica da economia revela-se na violência aberta da política*. “A produção assume a forma do monopólio centralizado nas finanças, não por acaso, não por razões contingentes, não em consequência da guerra: é essa a sua tendência orgânica, a sua *normalidade*”. Para a burguesia, deter o Estado significa ter, “no momento decisivo, o

mecanismo administrativo que regula a vida da nação, lançando assim o país no caos e tumulto, criando as condições que permitirão a uma minoria que vê levantar-se diante dela o espectro da fome” (DIAS, 2000. p. 122).

Os dados da indústria bélica no contexto latino-americano, as reflexões a respeito da tendência orgânica do Estado (presente no binômio Estado-força) referenciada acima, constituíram a relação de poder após o alerta de Eisenhower a respeito do poderio político e social, atingido pelo CMI. Para Luis Alberto Muniz Bandeira, esse poderio influenciou sobremaneira os rumos da democracia estadunidense, revelando-se um fator determinante também nos países fora do eixo central do capitalismo. Esta tendência está em processo de consolidação. Para Muniz Bandeira:

A característica da “military democracy”, sob a regência de um presidente da república com mais poderes que um monarca absolutista, acentuou-se cada vez mais ao longo do tempo, com a mutação estrutural do capitalismo, aumentando a desigualdade na apropriação da renda nacional e alcançando níveis sem precedentes, entre os anos 1970 e 1980. A partir de 1982, a desigualdade ainda mais se ampliou. As famílias mais ricas, 1% da população, que em 1982 recebiam 10,8% de todos os rendimentos antes da incidência de impostos (pretax), e 90%, com 64,7%, passaram a receber 22,5%, em 2012, enquanto a participação das demais caiu de 90% para 49% (MONIZ BANDEIRA, 2016. p. 135).

As consequências das transformações decorrentes do circuito de reprodução ampliada do capital, para a democracia estadunidense e a exploração da força de trabalho - que encaminhou a crítica do modelo fordista de organização da produção -, colaboraram para o aumento da repressão sobre as sociedades latino-americanas. Parte de um plano estrutural de ajuste às novas demandas do capital, a implantação do modelo produtivo que mais se intensificou no período, levou em consideração as necessidades de ampliação dos lucros de setores potencialmente influentes na órbita dos países centrais.

Os objetivos do TDE e das ditaduras de Segurança Nacional se ampliaram. Se levamos em consideração o contexto mais amplo da economia do período, estas novas relações de produção não se restringiram ao papel desempenhado somente pela indústria bélica na organização da violência. Portanto, registrou-se alterações mais amplas das economias capitalistas, atendendo aos interesses estadunidenses. Segundo Padrós,

[...] considerando o contexto da Guerra Fria vigente, o exame do terrorismo de Estado na América Latina da Segurança Nacional precisa relacionar o fenômeno concreto com a visão global que os EUA detinham sobre os problemas de segurança de cada um dos países da região, entendendo-os como “questões de sua própria segurança interna”. Tal percepção não se restringia a fatores

ideológicos ou militares (dentro da lógica das relações bipolares de embate com a URSS), mas se estendia à dimensão econômica – comércio, produção, finanças -, no contexto da reconversão capitalista da região e da consolidação hegemônica planetária do capitalismo estadunidense (PADRÓS, 2014. p. 15).

O TDE, como forma política de aplicação da DSN, munido das bases essenciais do papel desempenhado pelas forças armadas reestruturadas sob as bases do pentagonismo, ditou o ritmo das transformações de longo alcance almejadas pelo capital. As burguesias nacionais e associadas viram com bons olhos e apoiaram ativamente certas soluções de desaparecimento forçada, modalidade repressiva especificamente relacionada ao TDE, pelo anseio de contribuir para o esfacelamento de uma conjuntura potencialmente transformadora dos diversos contextos nacionais na América Latina.

O apoio da classe dominante latino-americana ao projeto pentagonista foi fundamental para que a repressão atuasse sem maiores incômodos. Soma-se a esse apoio ativo a conivência do sistema judiciário para encobrir os crimes de violação aos direitos humanos e temos um quadro amplo e retroativo do apoio que logrou a sociedade civil latino-americana ao projeto regressivo das ditaduras e do capital.

Conclusão

A DSN, aplicada ao contexto latino-americano, oportunizou uma abertura sem precedentes para a hegemonia capitalista. Essa hegemonia foi imposta com coerção extremada. Ao capital, a conveniência com o projeto das ditaduras foi fundamental, pois se tratou de uma solução contrarrevolucionária que deixou severas fraturas na militância revolucionária. Por isso, os militares desempenharam papel determinante, já que se tratam de uma instituição que possuía a capilarização necessária para a garantia de uma política sistemática de repressão.

A essa política correspondeu à sistematização do TDE. Para que o sucesso do TDE fosse possível, foi necessário definir de forma ampla o inimigo interno. A recepção dessa definição só foi possível porque as sociedades nacionais formaram parte de um amplo contexto de reestruturação das instituições militares que foram escolhidas como meio para assegurar a hegemonia capitalista, mesmo que o preço dessa hegemonia fosse um processo de desnacionalização sem precedentes das referidas instituições.

A desnacionalização das forças armadas, como vimos, correspondeu ao pentagonismo. Tratou-se de uma atualização nos termos de dominação para contenção dos níveis de perda da acumulação capitalista que definiu a luta de classes em favor da burguesia latino-americana. Ao definir a corporação militar como instituição determinante para a manutenção dos níveis alarmantes da exploração capitalista no subcontinente, a classe dominante aderiu ao projeto de reestruturação proposto pelo CMI estadunidense.

Referências

- BARNET, Richard. **Intervention and Revolution. America's Confrontation with Insurgent Moviment's Around the World**. Cleveland: Median Books, 1968. p. 231
Apud, TAPIA VALDÉS, *Op. Cit.* p. 55.
- BOSCH, J. **El Pentagonismo**. I. ed. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1968.
- CEZAR JUNIOR, Gervasio. **Revista Visão: Construção, Organização e Difusão do Projeto Neoliberal no Brasil na Década de 1970**. 211 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon 2011.
- COGGIOLA, O. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 36
- COMBLIN, J. **A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- COOK, Fred J. **O Estado Militarista: O que há por trás da morte de Kennedy?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- DIAS, E. F. **Gramsci em Turim: a concepção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000.
- FERNÁNDEZ, J. C. Entre a Coerção e o Consenso: os emigrados argentinos e a relação com a ditadura brasileira. In: SILVA, C. L.; CALIL, G.; BOTH, M. **Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.
- GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: **Cadernos do Cárcere - Volume 4. Temas de Cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GREEN, J. N. **Apesar de Vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estado Unidos (1964-1985)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LEMONS, R. L. Contrarrevolução, Ditadura e Democracia no Brasil. In: SILVA, C; CALIL G; BOTH, M. **Ditaduras e Democracias: Estudos sobre Poder, Hegemonia e Regimes Políticos no Brasil (1945-2014)**. Porto Alegre/Marechal Cândido Rondon: FCM, 2014. p. 71-86. p. 73
- MONIZ BANDEIRA, L. A. **A Desordem Mundial**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- PADRÓS, Enrique. Terrorismo de Estado: Reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur e RUBERT, Silvania. **Entre a Memória e o Esquecimento: Estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. pp. 13 a 36.
- PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. 2005. 2 v. 875 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique. A Universidade sob Ataque: ensino e autoritarismo no Uruguay da Segurança Nacional. In: SILVA, C; CALIL G; BOTH, M. **Estado e Poder: Ditadura e Democracia**. Cascavel: Edunioeste, 2011.

RAMOS, Alexandre Arienti. **O projeto de incentivo da indústria bélica brasileira (2003-2013)**. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. Anticomunismo e Inimigo Interno: Uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do Conesul. **Revista História, Debates e Tendências**. Passo Fundo, V. 19, N. 3, P. 384-401, SET/DEZ 2019

SIMÕES, A. A Coordenação Repressiva entre a Ditadura Civil-Militar Brasileira e o Uruguai (1954-1973). In: PADRÓS, E. S. **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente**. Porto Alegre: EVANGRAF-UFRGS, 2013.

SOLARES, Jorge. **Jacobo Árbenz: “soldado del pueblo”, “coronel de la primavera”**. Guatemala : Universidad de San Carlos de Guatemala, Dirección General de Investigación, Unidad de Publicaciones y Divulgación, Dirección General de Extensión Universitaria, TV USAC, 2015.

TAPIA VALDÉS, J. A. **El Terrorismo de Estado: La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cone Sur**. Ciudad de Mexico: Editorial Nueva Imagen S.A., 1980.